

Simpósio do Consumidor tem mais uma edição de sucesso



Evento reúne
advogadas
para comemorar
o Dia das Mães

OAB-Londrina 65 anos:
doação do terreno da nova
sede exigiu empenho e
muita negociação

Conheça as
comissões de
Direito dos Animais
e Direito de Saúde



**MESTRADO
PROFISSIONAL
DIREITO, SOCIEDADE
E TECNOLOGIAS**

■ APROVADO PELA CAPES/MEC
Portaria N° 576, de 9 de Julho de 2020

INSCRIÇÕES ABERTAS!
clique aqui

☎ 43 99986-8541

www.faculdadeslondrina.com.br/mestrado



**FACULDADES
LONDRINA**

SITES PARA ADVOCACIA

MELHORE SUA COMUNICAÇÃO
COM SEUS CLIENTES.

Oferecendo mais profissionalismo
e credibilidade ao seu escritório!

SOLICITE ORÇAMENTO
SEM COMPROMISSO:

📞 (41) 9.9111.5717

📞 (41) 3668.8127

✉️ COMERCIAL@JURIS.MARKETING

<https://juris.marketing>

GESTÃO 2022/2024

• **PRESIDENTE**

Nelson Sahyun Junior

• **VICE-PRESIDENTE**

Sania Stefani

• **SECRETÁRIO-GERAL**

José Carlos Mancini Junior

• **SECRETÁRIA-ADJUNTA**

Caroline Thon

• **DIRETOR TESOUREIRO**

Diogo Brochard Menoncin

• **DIRETOR DE PRERROGATIVAS**

Geovanei Leal Bandeira

• **CONSELHO FEDERAL**

Artur Piancastelli

• **CONSELHO ESTADUAL**

Eliton Araujo Carneiro

José Carlos Vieira

Leidiane Cintya Azeredo

Maria Lucilda Santos

Mario Sérgio Dias Xavier

Solange Rodrigues de Souza

Vânia Regina Silveira Queiroz

• **CAIXA DE ASSISTÊNCIA**

Edmeire Aoki Sugeta - Diretora

Fabiano Nakamoto - Delegado

• **CONSELHO DA SUBSEÇÃO**

Alessandro Moreira Cogo

Amanda Cristina G. Benavenuto

Ana Paula da Silva

Andressa C. I. Machado

Arthur Lustosa Strozzi

Bruno Augusto Sampaio Fuga

Carlos Renato Cunha

Elizangela Abigail Socio Ribeiro

Fábio William Maciel

Fellipe Stabelini Anabuki

Francisco Luís Hipólito Galli

Graziella Yumi Ogaki Adão

Ivan Martins Tristão

Jair Vicente da Silva Junior

Jaqueline Alves Amendola Heinzl

Jaqueline Corazza Montero

Jéssica Leonilda Veiga

Juliana Ramos Fernandes Braga

Kaio Pitsilos

Marco Henrique Damiao Beffa

Marcos Massashi Horita

Milena Barros Breda Nobre

Monica A. I. Thomaz de Aquino

Natalia Regina Karolensky

Rafael Flavio de Moraes

Rafael Garcia Campos

Raphaella de Angola Viel Amorim

Regina Aparecida Simões Cabral

Renata C. de Oliveira Alencar Silva

Rodolfo Xavier Ciciliato

Silvana Camila Castilho Felix

Talita Cristina Fidelis Pereira Biagi

Tamires Luane Meli Queiróz

Valdeci Eleuterio

• **EXPEDIENTE:** - **CONSELHO EDITORIAL:** Caroline Thon, José Carlos Mancini Junior e Sania Stefani - **REDAÇÃO E EDIÇÃO:** Máxima Comunicação - **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Benê Bianchi (MTb 2621) - (43) 3339 7199 - **FOTOGRAFIA:** Jonas Pereira - **PROJETO GRÁFICO/COMERCIALIZAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO:** Boletim Informativo Comunicação Institucional - (41) 3668-8127/9.9111.5717 - Email: comercial@boletim.jor.br - Site: www.boletim.jor.br - **OAB LONDRINA/PR:** R. Parigot de Souza, 311 - CEP. 86010-904 - Londrina/PR - (43) 3294 -5900 - londrina@oabpr.org.br - **ENVIÓ:** 8.747 Advogados inscritos na OAB Londrina via e-mail - Distribuição dirigida e gratuita.

As matérias assinadas são de inteira responsabilidade de seus subscritores.



MAIS PRATICIDADE PARA VOCÊ!

Para ter acesso
ao Jornal,
basta apontar
a câmera do seu celular
ou o leitor de QR Code
para esta imagem



**FIQUE
ATENTO**

Plantão de Prerrogativas

Atendimento 24 horas - (43) 9.9949-5961

Mais uma edição de nosso jornal chega à advocacia, trazendo informações sobre o dia a dia da Subseção-Londrina.

A OAB-Londrina faz questão de manter esse meio de comunicação, além do site e de nossas mídias sociais, para que todos os advogados e advogadas possam acompanhar de perto nossas atividades, possam opinar, sugerir e, acima de tudo, vejam as inúmeras possibilidades que têm de também participar e fazer parte dessa casa, entidade máxima da representatividade da advoca-

cia regional. Todos são bem-vindos. Tivemos, em maio, a realização do Simpósio do Consumidor, que, sem dúvida, trouxe uma bagagem extra aos participantes. Os que puderam acompanhar tiveram contato com grandes nomes da advocacia nacional. Outros eventos importantes também foram realizados, como o Encontro da Advocacia Dativa e traremos uma grande entrevista com o palestrante, Maurício Guedes, presidente da comissão da Advocacia Dativa da OAB/PR, na nossa próxima edição. Destacamos que todos os eventos realizados

pelos comissões são de grande importância para a advocacia regional. Não deixem de ler também a matéria que conta mais um capítulo da história da OAB-Londrina, que este ano completa 65 anos. Desta vez, abordamos o importante papel dos advogados que abraçaram a causa da construção de uma nova sede para a Subseção. E anotem na agenda: dia 18 de agosto faremos nosso Baile do Rubi. Venham comemorar conosco. Esperamos cada um de vocês.

Boa leitura!

A diretoria

Olá, advogados e advogadas,

Não é de hoje que a OAB Londrina tem feito um trabalho incansável para levar o máximo de informações até você! São vários os nossos canais, atualmente: site, Instagram, Facebook, WhatsApp, Telegram, Youtube e jornais digitais. Além disso, praticamente todas as nossas comissões possuem mídias sociais próprias e mantemos também um trabalho de e-mail marketing com todos os profissionais que estão inscritos em nossa Subseção.

Se você ainda não acessou ou ainda não nos segue nas redes sociais, não perca mais tempo!



ACESSE NOSSOS CANAIS E SE MANTENHA INFORMADO:



UMA PONTE DE BRUXELAS PARA O BRASIL: percepções sobre liberdade religiosa e Direitos Humanos

Bruxelas é a sede da União Europeia, capital belga e centro de diversas decisões importantes sobre os rumos da política migratória no mundo. Estima-se que nela residam cerca de 250 mil muçulmanos, mais de 20% da sua população total, percentual bem superior se comparado ao de outras cidades europeias embora não sejam divulgados dados precisos sobre a composição religiosa de sua população.

A diversidade religiosa se relaciona diretamente com as dinâmicas de migração. A crise de migração que assola o mundo, mas especificamente a Europa, é afetada por preconceitos e o medo do terrorismo, frequentemente colocando em xeque a liberdade das práticas religiosas. Em março de 2016 o atentado em Bruxelas que deixou trinta e quatro pessoas mortas e mais de duzentos feridos ainda é tema sensível na memória da cidade. São diversos monumentos dedicados às vítimas espalhados pelas ruas, além da presença de forte policiamento, especialmente em bairros chave como o Quartier Européen. A recente lembrança de uma tragédia causada pelo terrorismo diminui a alteridade e coloca o outro, que é diferente, como uma possível ameaça. O preconceito atravessa, assim, as inúmeras famílias e cidadãos que se declaram muçulmanos mas não tem qualquer relação com o extremismo, sofrendo seus efeitos negativos.

No entanto, ainda que o preconceito esteja presente, como

indicam estudos e matérias jornalísticas sobre o tema, são inúmeras as mulheres que andam nas ruas de Bruxelas com os cabelos cobertos pelo hijab, o véu muçulmano. Mulheres que frequentam universidades, shoppings, lojas, comércios, restaurantes, feiras ao ar livre, sozinhas ou acompanhadas de outras mulheres. Também é habitual encontrar mulheres que utilizam o hijab trabalhando como caixas de lojas ou outras atividades comerciais. Há muitos homens muçulmanos pelas ruas também, embora seu traje nem sempre seja facilmente passível de identificação como os femininos. Essa dinâmica urbana contrasta com diversos painéis em prédios públicos pedindo justiça por Mahsa Amini, estudante que foi morta pela chamada polícia da moralidade no Irã por supostamente usar o hijab de forma irregular.

O ponto central de reflexão é que mesmo em um local marcado por tragédias recentes, como os atentados terroristas em Bruxelas, as pessoas não têm medo de manifestar a sua fé nas ruas, nem de usar um adereço que caracterize sua expressão religiosa. O mesmo não se pode dizer sem ressalvas do Brasil. Embora não tenha os mesmos problemas com ameaças terroristas como a Europa, que deslocariam a questão para o âmbito da segurança pública, no Brasil a intolerância religiosa é presente e constante.

Ainda que o Art. 5º da Constituição Federal, em seus incisos VI, VII e VIII, preconize a liberdade re-

ligiosa como direito fundamental, estabelecendo que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa, na prática esta garantia ainda está longe de ser completamente alcançada. O direito formal de ir e vir e de manifestar sua fé religiosa não implica, na prática, no direito material para o seu exercício, que ainda demanda trabalhos de conscientização e políticas públicas para a sua garantia.

Migração e diversidade religiosa frequentemente se interseccionam na prática. No Brasil, com histórico tão recente de um regime escravocrata e de políticas de branqueamento da população que datam de pouco mais de 100 anos atrás, os efeitos ainda continuam perversos. Principalmente para minorias religiosas, como praticantes de religiões de matrizes africanas, por exemplo, o preconceito e a privação a direitos fundamentais ainda é realidade. Andar pelas ruas com indumentárias características dessas religiões, como guias no pescoço e um vestido branco, por exemplo, pode significar sofrer diversas formas de hostilidades. Não são raras as notícias de jornais que relatam agressões verbais a esta comunidade, além de terreiros incendiados e imagens vandalizadas que colocam dúvidas sobre a eficácia da norma constitucional. Apenas 0,3% da população brasileira se declara integrante de alguma religião de matriz africana, mas esses dados podem estar subnotificados justamente em razão do receio de sofrer discriminações.

A liberdade religiosa teve gran-

des avanços nos últimos anos, com a consagração deste princípio na Constituição de 1988 e de outras normas legais que garantissem sua efetividade, a exemplo da imunidade tributária a igrejas e templos religiosos. É necessário, no entanto, que a liberdade religiosa seja mais do que letra de lei e represente o direito de manifestação religiosa pacífica sem medo. No Brasil, no dia 21 de janeiro, comemora-se o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. A conscientização da diversidade de crenças que nos compõe como brasileiros é fundamental para quebrar a barreira do preconceito e violência que assola minorias religiosas no país, para que enfim consigamos atingir o verdadeiro Estado Democrático de Direito para todos, sem distinção.



CARLA CAMPOS AVANZI

Advogada integrante da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, doutoranda em Sociologia/UEL, com estágio doutoral na Vrije Universiteit Brussel

Momento Mãe Advogada

No último dia 13 de maio, a Comissão das Mulheres Advogadas da OAB Londrina homenageou as Mães Advogadas, no CCA - Centro de Convivência do Advogado, com três minipalestras sobre “Direitos das Mães Advogadas”, com a Dra. Edmeire Aoki, “A importância da Atividade Física em todas as Idades”, com a personal trainer Ana Paula Simões, “Exercícios Hipopressivos - Barriga Negativa”, com a educadora física Heloise Munhoz, Charlene Grola apresentou a Campanha das Tampinhas Solidárias; e ainda uma exposição de produtos para presentear as mães.

“Foi uma tarde divertida, com várias atividades físicas para as mães advogadas e uma programação especial para os filhos, com recreação, brinquedos, pipoca e algodão doce. Ao final, teve sorteio de brindes de todos os patrocinadores do evento!”, comemora a presidente da comissão das Mulheres Advogadas, Márcia Cristina Mileski Martins.

As participantes também contribuíram com a Ação Social para o Instituto Alicerce, doando 1 kg de alimento não perecível. Ao final, cada mãe recebeu uma rosa pelo Dia das Mães.

“Foi uma tarde inesquecível, com troca de conhecimentos e momentos deliciosos entre mães e filhos e de muito entrosamento entre as advogadas da Comissão e as participantes”, enaltece a presidente.



● Núcleo Jovem

O Núcleo Jovem da Subseção recebeu o convidado Diogo Menoncin, diretor-tesoureiro e membro da comissão de Direito do Trabalho da Subseção, para palestra sobre Audiência Trabalhista na Prática. Evento realizado dia 9 de maio, na sede da entidade.

● Direitos da Pessoa Idosa

Mulheres e suas múltiplas funções: como conciliar a vida de advogada e mãe com o cuidado com o idoso. Esse foi o tema da palestra que a advogada Edmeire Aoki Sugeta ministrou a convite da comissão de Direitos da Pessoa Idosa, no dia 12 de maio.

● Encontro de Coros

O Coral da OAB-Londrina se apresentou no Encontro de Coros, no dia 20 de maio, no Ouro Verde. O encontro reuniu também o Coro da UEL, Coro Tempos Dourados, Coro Piá da UEL e o Coral HU em Canto.



● Trabalho Igual. Salário Igual

Estudantes de cursos profissionalizantes do Colégio Castaldi, do Vicente Rijo e do Polivalente participaram de palestra sobre a campanha internacional Trabalho Igual. Salário Igual. realizada pela BPW Londrina, em parceria com a Comissão das Mulheres Advogadas da OAB-Londrina. No Colégio Castaldi, dia 22 de maio, as palestrantes foram Vania Queiroz (advogada, vice-presidente da BPW Londrina, conselheira estadual da OAB-PR) e Zilda Romero (juíza aposentada da Vara Maria da Penha de Londrina). A associada da BWP Maria Aparecida Prandini Pereira participou da organização da palestra no colégio. Já no Vicente Rijo, dia 25, as palestrantes foram a advogada Marcia Mileski Martins, coordenadora da Comissão dos Direitos da Mulher da BPW Londrina e também da Comissão das Mulheres Advogadas da OAB Londrina; a advogada Elizângela Ribeiro, presidente do IBDFAM Núcleo Londrina e Conselheira da OAB-Londrina; e Zilda Romero, juíza aposentada da Vara Maria da Penha de Londrina. A associada da BPW Maria Aparecida Prandini Pereira participou da organização da palestra no colégio. E no Polivalente, dia 30, estudantes de cursos profissionalizantes e do 3º ano do Ensino Médio participaram de palestra. As palestrantes foram Marcia Mileski Martins, a advogada Sonia Yadomi, Zilda Romero. Também participaram as advogadas Regina Simões e Ana Ottunes.



● Defesa dos Direitos dos Animais

No último dia 23, a comissão de Defesa dos Direitos dos Animais realizou uma live com o convidado animalista Rogério Rammê, do Rio Grande do Sul. O tema abordado foi os Direitos dos Animais Comunitários.

● Maio Furta-Cor

No último dia 26/05, a Comissão das Mulheres Advogadas da OAB Londrina em parceria com a Campanha Maio Furta-Cor realizou o evento Aspectos legais e jurídicos sobre a Maternidade: o impacto da mãe no mercado de trabalho, com uma rodada de conversa sobre o tema com quatro profissionais: a advogada Márcia Cristina Mileski Martins, coordenadora da comissão; a advogada Emmanuella Denora; Liange Doy Fernandes, secretária Municipal de Políticas Públicas para Mulheres; Cláudia Alves Bertolla, juíza do 1º Juizado Especial de Violência Doméstica de Londrina, com a mediação de Hylea Maria Ferreira Schell, advogada da Comissão de Direito Previdenciário da OAB Londrina. “Evento fantástico que contou com a participação de mais de 100 participantes entre advogados, psicólogos e estudantes de direito. Mais um evento incrível”, avalia Márcia Mileski.



● Inovação e Gestão

O psicólogo clínico, que atua com ênfase em Psicanálise, e é também Perito Judicial, especialista em Perícia Criminal e Investigação Forense, Gestão Pessoal e Pública, Pedro Santana, foi o palestrante convidado da comissão de Inovação e Gestão, no último dia 27 de maio. Ele falou sobre Inteligência Emocional.

● OAB-Londrina Total

O programa OAB Londrina Total passou por mais três cidades no mês de maio: Porecatu, Centenário do Sul e Jaguapitã. Diretores continuam levantando as demandas da advocacia regional. Nas visitas às três cidades, as demandas apresentadas foram relacionadas às Prerrogativas, Advocacia Pública, Fiscalização, Benefícios da CA-APR e morosidade na tramitação da processos judiciais. O programa

já visitou Primeiro de Maio, Bela Vista do Paraíso e Sertanópolis; e encerra a primeira etapa em junho, passando pelas comarcas de Ibiporã, Rolândia e Cambé.



Centenário do Sul



Jaguapitã



Porecatu

● Almoço da Advocacia

E mais uma vez, o mês fechou com aquela confraternização, momento todo especial dedicado a estreitar relacionamento, promovido pela OAB-Londrina: o já tradicional e esperado almoço da advocacia. Em maio, o almoço foi no Nativas Grill Churrascaria.



• Comissão de Direito dos Animais busca informar e conscientizar sobre a área

A comissão de Direito dos Animais é presidida pela advogada Rafaela Teixeira da Costa, especialista em Direito da Família e em Direito Animal, sendo ambas suas principais áreas de atuação. Ela foi despertada para a área de Direito Animal por uma médica veterinária, durante um congresso, que ressaltou a importância do direito para os animais. “Me encantei pela área e na mesma época soube de um evento da Comissão de Defesa dos Animais. Compareci ao evento, me apresentei à coordenação e passei a integrar a Comissão”, relata.

Abaixo, ela apresenta a comissão e seus objetivos.

Missão:

“Da mesma forma que eu precisei de pontes que me levassem ao Direito Animal e à conscientização sobre os direitos desses indivíduos (os animais), a minha missão é ajudar a construir pontes, por meio da difusão de informação e da educação animalista, a fim de pulverizar o conhecimento na área e ampliar a proteção dos animais”.

Como a comissão define o trabalho a ser realizado:

“Todo o trabalho é feito em equipe, por meio de discussões em grupo sobre os temas que devem ser tratados pela comissão. Todos expõem seus pontos de vista e encontramos uma forma de conciliá-los”.

Prioridades:

“O Direito Animal é uma área em constante construção. Muitas pessoas não conhecem ou distorcem a matéria. Então a nossa prioridade é levar conhecimento, sempre com a missão de construir pontes, por meio da educação animalista, para que as pessoas conheçam a fundo o Direito Animal e se conscientizem acerca da importância do Ecocentrismo, pois toda vida importa”.

Planejamento para a atual gestão:

“O trabalho é dividido entre os membros, para que todos participem. Vai desde as publicações informativas na nossa página virtual à organização de eventos e execução de projetos. Para este ano, pretendemos trazer lives mensais com convidados e iniciar um projeto de educação animalista, levando o Direito Animal às escolas de Londrina, além de projetos solidários”.

O que o advogado voluntário da Ordem acrescenta a seu trabalho:

“Nós já atingimos um patamar civilizatório que ultrapassa a nossa espécie. Então, é fundamental o conhecimento acerca dos direitos de outras espécies. Profissionalmente, o trabalho da comissão permite o conhecimento e constante aperfeiçoamento em uma área em ascensão. Pessoalmente, nos permite voltar o olhar para além da nossa espécie, nos conscientizarmos e contribuirmos para a defesa dos interesses de um grupo extremamente vulnerável, o que nos permite ser instrumentos



de transformação”.

O que diria a um advogado que pudesse fazê-lo querer estar na comissão:

“Os animais são seres sencientes, com interesses, necessidades e direitos próprios. Se você quer entender ou já entende a necessidade de defesa dos animais, junte-se a nós para conhecer os direitos desses indivíduos e contribuirmos, com a nossa formação, para sua proteção. Lembre-se de que toda vida importa!”

Como é a rotina de trabalho na comissão:

“Mantemos um grupo de discussão constante sobre temas atinentes ao Direito Animal e para tratarmos da realização de projetos. Mensalmente, organizamos a escala de publicações informativas na página virtual (as publicações são feitas semanalmente) e convidamos um profissional da área para tratar de algum tema relevante na área. Em breve, iniciaremos o projeto de educação animalista, com visitas às escolas para tratar do Direito Animal”.

• Comissão de Direito de Saúde: aprimoramento e socialização

O advogado Armando Cláudio Garcia Junior preside a Comissão de Direito da Saúde da OAB-Londrina, área que atua desde 2004. No início de 2018 conheceu a comissão e se integrou ao grupo.

Como presidente da comissão, ele fala, abaixo, um pouco sobre o trabalho realizado.

Missão:

“Entendemos que a comissão tem como principal papel assessorar a diretoria da OAB com foco na qualificação e compartilhamento de conhecimento com os profissionais do direito. Tem ainda fundamental importância na divulgação à sociedade, através de suas atividades e eventos, dos temas relacionados ao direito da saúde e suas diversas interfaces”.

Como a comissão define o trabalho a ser realizado:

“Sempre tentamos estabelecer as prioridades de assuntos nas próprias reuniões da comissão e grupo de WhatsApp, buscando ouvir os colegas com sugestões de temas a serem tratados e eventualmente trazendo palestrantes para falar inclusive com a participação em temas correlatos a outras comissões, buscando promover maior socialização entre os advogados”.

Prioridades:

“A prioridade que temos hoje é estimular a participação dos advogados interessados no tema saúde que representem a maior parte dos participantes do mercado saúde: médicos, profissionais liberais, hospitais, operadoras de saúde, consumidores, etc., sempre estimulando o debate e a troca de conhecimento”.

Planejamento para a atual gestão:

“Temos programadas reuniões mensais, com palestras/exposições de temas relacionados à saúde pelos membros da comissão e outros palestrantes e estamos organizando evento para os advogados e público geral que deverá ocorrer no segundo semestre”.

O que o advogado voluntário da Ordem acrescenta a seu trabalho:

“Profissionalmente, entendo que o principal ganho do advogado é o aprimoramento na atuação do profissional, em virtude do compartilhamento das experiências dos colegas. Pessoalmente, a atuação e participação nas comissões nos permite manter contato com outros advogados, aumentando nossa rede de relacionamento. Nos proporciona um melhor convívio social”.



O que diria a um advogado que pudesse fazê-lo querer estar na comissão:

“O que buscamos mostrar ao advogado é o importante incremento no conhecimento que a atuação junto à comissão pode proporcionar, além de permitir uma maior integração e troca de experiência entre os colegas. Atualmente nossa comissão é formada por advogados que atuam na defesa de médicos e profissionais da saúde, operadoras de saúde, consumidores, o que nos permite ter uma visão mais ampla sobre o tema”.

Como é a rotina de trabalho na comissão:

“Como apontado acima, temos reuniões mensais e eventos. Buscamos trazer os membros para apresentar temas estimulando o estudo e aprimoramento”.

Conecte sua empresa

ao público jurídico de Londrina e região



✓ **Jornal Digital** ✓ **Telegram**

✓ **Banner Site/Informe**

41. 99111-5717 | comercial@boletim.jor.br



Conselheira Regina Simões

“Atuando como conselheira pela primeira vez e grata pela oportunidade, sigo nesta casa participando e contribuindo também como vice-presidente da Comissão da Mulher Advogada, onde comecei há mais de 10 anos e a convite da Dra. Vânia Queiroz.” Assim a conselheira Regina Simões inicia sua apresentação como conselheira da OAB-Londrina.

Ela, que é formada desde 2007 pela Faculdade Metropolitana/IESB e atua na Vara de Família e Sucessões, com especialização em direito notarial e registral pela Unifil, fala do Conselho da Subseção sob sua perspectiva.

Como vê o papel da Ordem: “Apesar de pouco tempo como conselheira, percebo o comprometimento da Ordem, representada pelo seu presidente e demais componentes com a nossa classe. É visível a preocupação em atender aos colegas, trazendo oportunidade à capacitação e buscando melhorar a qualidade de vida, principalmente após a pandemia. Vejo hoje um equilíbrio entre austeridade, acolhimento e humanidade, fazendo com que a OAB seja vista como a casa de todos, onde podemos encontrar aqui a resposta para muitos conflitos, tanto interno quanto externo.”

O que significa participar do Conselho: “A participação no conselho me proporciona interação e conhecimento sobre as regras norteadoras de nosso ofício e por isso digo ao jovem advogado que confie na instituição a qual pertence, esforce-se para oferecer o seu melhor e procure ser participativo. A minha rotina enquanto profissional é impactada pela atividade exercida perante o Conselho, haja vista a necessidade de lidar com pessoas em seus mais variados conflitos. Conseqüentemente, ao me atentar à ética e princípios norteadores de minha profissão, posso entregar o meu



trabalho de forma eficaz e atender aos anseios da sociedade”.

Como vê a integração do atual Conselho: Vejo com bons olhos a integração promovida pela atual gestão que abriu as portas da casa para ouvir e dar oportunidades a todos. A voz da diversidade é considerada e acolhida pela diretoria que demonstra a confiança em seus membros, aproveitando e conduzindo de forma suave e amorosa as qualidades e potencialidades que todos têm à oferecer. O respeito resume esse acolhimento!



O Baile do Rubi deste ano já tem data marcada. Será dia 18 de agosto.

Os convites serão colocados à venda até o final do mês, com valores a R\$ 275,00 até dia 14 de julho e de R\$ 300,00 após esta data. Lembrando que serão sorteados dois convites entre os advogados que doarem sangue durante o mês de junho.

Conselheira Renata Alencar

A conselheira Renata Alencar está na função pela primeira vez e leva para o Conselho a experiência de quem já esteve na diretoria executiva da entidade por duas gestões, ambas como diretora secretária adjunta (de 2013 a 2015 e de 2016 a 2018). Ela também já integrou as comissões de Imprensa e Divulgação, de Direito do Trabalho e, atualmente, preside a comissão de Ensino Jurídico.

Advogada militante na área de Direito do Trabalho, Renata é doutora em Direito pela UNIMAR, mestre em Direito pela UEL, além de ter livros e artigos publicados.

Ela fala, abaixo, sobre como vê a Ordem e o Conselho.

Sua visão sobre a Ordem, ao longo do tempo: “Antes de fazer parte da Ordem eu não tinha ideia de como era o funcionamento da entidade. Mesmo quando fazia parte das comissões, a minha visão era limitada, não conhecia todas as atribuições e formas de atuação da Ordem. Com o passar do tempo e meu maior envolvimento, pude observar que a OAB atua na defesa dos interesses dos advogados, na medida em que dá voz aos anseios da classe, tanto em questões atinentes ao dia a dia dos advogados, como dificuldade de levantamento de alvarás, defesa de prerrogativas, entre outros, quanto em questões que envolvem toda a classe e até mesmo da sociedade, na medida em que ela é chamada a se manifestar em momentos decisivos.”

Como definir o conselho para um jovem advogado: “O Conselho, no desempenho de suas funções, atua como um mecanismo de proteção aos advogados, pois além de emitir pareceres em processos disciplinares, também discute os problemas que envolvem a categoria, apontando soluções. As matérias que são discutidas no Conselho Pleno têm o objetivo de defender e fortalecer a classe, bem como toda a sociedade.”

Impactos do trabalho desenvolvido no Conselho no dia a dia: “Uma das atribuições do Conselho é opinar pela aplicação ou não de uma punição ao advogado infrator. Nesse sentido, ele presta uma função importantíssima tanto



para a classe, como para a população. Além disso, como dito, discute temas relevantes para a comunidade jurídica, bem como para a sociedade”.

Sua opinião sobre a diversidade e integração do conselho: “Foi uma excelente iniciativa! Essa renovação e diversidade é essencial para a qualidade da prestação de serviços pelo Conselho. A pluralidade de ideias torna o debate mais rico, heterogêneo e democrático. Além disso, é essencial dar voz ao jovem advogado, uma vez que alguns desafios enfrentados são diferentes das adversidades dos advogados mais experientes”.



Palestra de abertura ressalta a aplicabilidade de um CDC de 30 anos num mundo digital

AOAB-Londrina realizou, com a casa cheia, a 14ª edição do Simpósio de Direito do Consumidor, reunindo grandes nomes da área em três dias de evento, de 16 a 18 de maio. A abertura foi feita pelo presidente da Subseção, Nelson Sahyun Junior, que agradeceu e deu as boas-vindas a todos. Participaram da mesa de abertura, além do presidente da casa, também o presidente da comissão, Flávio Caetano de Paula Maimone; as advogadas e integrantes da comissão Larissa Reghin Azevedo e Milena Schuster; a promotora de Justiça da Vara do Consumidor, Leila Schimidt; e o palestrante da noite, o desembargador Marcus Ferreira da Costa, do Tribunal de

Justiça de Goiás.

O bom humor para tratar de assunto tão complexo deu a tônica da palestra de abertura. O desembargador falou sobre a atualidade do Código de Defesa do Consumidor, apesar de seus 30 anos de vigência, e sua aplicabilidade ainda hoje em relações de consumo que ninguém sonhava existir três décadas atrás, como é o caso do comércio eletrônico. “Temos o melhor código do mundo. Não existia internet quando foi elaborado e a legislação que temos consegue resolver muitas das questões que se apresentam”, comentou.

Ele também elencou muitos dos avanços trazidos pela Lei do Superendivida-

mento, destacando seu artigo 54-D. “O artigo deixou claro que crédito é sim responsabilidade do consumidor, mas mais ainda do fornecedor”. Ele ainda ressaltou que a lei proíbe crédito a negativado e ainda traz a prevenção para evitar a exclusão social.

Mas nem tudo funciona como deveria e, como Marcus Ferreira da Costa ressaltou várias vezes durante sua palestra, o “Brasil não é um país para amadores”. As fraudes e formas de burlar o regramento são constantes e cada vez mais sofisticadas. Por isso, a importância da atualização constante de advogadas e advogados é fundamental para que enfrentemos problemas cada vez mais complexos.

COMÉRCIO ELETRÔNICO

A partir de 2020, as compras eletrônicas cresceram exponencialmente. O consumidor tem alguns meios de proteção, citou ele, como o direito ao arrependimento, estabelecido no CDC; e o artigo 18, que fala da responsabilidade por vício do produto e do serviço.

E para se proteger, ele sugere aos consumidores que só comprem em sites confiáveis e sediados no Brasil; não se encantarem com preços e ofertas mirabolantes; não pagarem por pix e sim darem preferência a plataformas de pagamento; e, entre outras, nunca se submeterem a exigências como envio de fotos pessoais ou de documentos. “Se parecer golpe, tenha certeza que é golpe”.

E para finalizar, o desembargador apontou dois obstáculos para a defesa do consumidor: a falta de responsabilização adequada das big techs; e o baixo valor das indenizações por danos morais, fixadas em quantias que acabam por diminuir a proteção aos consumidores.



campanha
futuro
criança

**Doe parte do seu
Imposto de Renda e
ajude diversas
instituições londrinenses!**

Acesse
www.ongviver.org.br
e saiba mais!

 viver



PALESTRANTES

Também proferiram palestras no XIV Simpósio do Consumidor da OAB-Londrina, Francisco de Mesquita Laux, da OAB de Santa Catarina, que falou sobre Litígios em Redes Sociais, tema de sua tese na USP e de seu livro publicado pela RT com o título “Redes Sociais e Limites da Jurisdição”; Juliana Oliveira Domingues, do CADE, sobre Direito do Consumidor e da Concorrência e as Plataformas Digitais, dando ênfase à importância de usarmos

meios adequados para solução de conflitos como a plataforma consumidor.gov; Jesualdo Almeida Júnior (OAB-SP), sobre Direitos do Consumidor e LGPD, momento em que o palestrante mostrou a conexão entre diferentes diplomas legais que podem, em conjunto, contribuir com a defesa técnica do consumidor; e Desyree Rodrigues (OAB-RJ), que fez uma análise sobre jurisprudência do STJ a respeito da tutela do consumidor no mundo digital,

ratificando a diferença entre a chamada culpa exclusiva do consumidor e a culpa concorrente, sendo que apenas a primeira é excludente de responsabilidade do consumidor e, assim, o golpe do motoboy, por exemplo, é caso de condutas concorrentes para o evento danoso, permanecendo a responsabilidade civil do banco que deve ser diligente e se atentar para perfil de uso do consumidor, protegendo-o adequadamente.

OFICINAS

As oficinas foram as novidades desta edição do Simpósio. Foram realizadas duas, com o tema central “Obstáculos nas demandas consumeristas”, coordenadas pelo advogado e membro da comissão Bruno Ruzon.

A advogada Jéssica Cordeiro, integrante da comissão de Direito do Consumidor e participante das oficinas, considerou que a novidade propiciou momentos de grande aprendizado. “Espero que essa ideia desenvolvida pelo Dr. Bruno Ruzon, cresça nos próximos Simpósios, e quem sabe um futuro grupo de pesquisa. As palavras que expressei acerca da oficina e dos brilhantes professores Bruno Ruzon, Maria Celia Nogueira, Thiago Caversan e Jônatas Luiz Moreira é a admiração, respeito, carinho e gratidão”, disse ela, citando Cora Coralina: “Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.”



BALANÇO



O presidente da Comissão de Direito do Consumidor, Flávio Caetano de Paula Maimone, destacou a diversificação temática, pluralidade de gênero e a multidisciplinaridade desta edição do simpósio.

O Simpósio, que foi híbrido (presencial e remoto), contou com cerca de 170 participantes de Londrina e várias outras localidades, como Goiânia, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

“O Simpósio foi inspirador e instigante, com temas muito atuais e excelentes abordagens dos palestrantes, trazendo o que há de mais moderno na literatura e nos julgados, propiciando aos participantes do evento novidades, reflexões e os instigando ao aprofundamento do tema, mas já permitindo novas formas de peticionar, novas formas de atuar na advocacia preventiva e consultiva, inclusive com a elaboração de projetos de lei e tantas outras possibilidades”, avalia Flávio Maimone, que convidou os participantes do evento para ingressarem na Comissão de Direito do Consumidor.

Uma sede à altura da advocacia regional



Quando o advogado Wilson Sokolowski e sua diretoria assumiram a gestão da OAB-Londrina, em 2007, não imaginavam o tamanho do desafio que iriam enfrentar logo de cara e que exigiria muita articulação e empenho da advocacia regional. “Naquele ano, venceu o contrato, que durou uma década, de comodato do terreno do estacionamento da Subseção, ao lado do Fórum de Londrina”, conta ele.

Muito bem localizada, a área pertencente ao município, de mais de 3.600 metros quadrados, começava a ser bastante visada por outras entidades, que também tinham interesse em receber a doação.

“Imagina assumir a OAB-Londrina com uma encrenca dessa”, lembra Sokolowski, hoje com bom-humor, mas reconhecendo que na época foi uma grande dor de cabeça. “Se perdesse aquele terreno, minha gestão ficaria marcada para sempre por esse fato”, brinca.

Para agravar a situação, a Subseção havia recebido um terreno do município, localizado na avenida Maringá, próximo à atual rotatória com a avenida Ayrton Senna da Silva, na gestão anterior, a de José Carlos da Rocha. “Como pedir a doação daquele terreno também?”, era a grande questão.

Sokolowski e seus diretores levaram o problema ao então prefeito Nedson Micheletti, que, registra o ex-presidente, foi de grande sensibilidade. Juntos encontraram como saída propor a reversão da doação do terreno da avenida Maringá, passando-o a outra entidade, e, propor projeto de lei, doando o terreno ocupado havia 10 anos em forma de comodato à OAB.

“O projeto de lei foi feito e eu acampeei na Câmara”, recorda-se Sokolowski. Não só ele, como muitos advogados que se empenharam na causa. Ele cita, entre os protagonistas desta história da Subseção, o ex-presidente Jorge Aidar; os então membros de sua diretoria, seu vice-presidente Elizandro Pellin, Eliton Araujo Carneiro, Paulo Maeda, Artur Piancastelli, “e muitos outros que foram de gabinete em gabinete conversar com vereadores, e que eu nem soube na época que tinham feito isso”.

Missão cumprida?

Depois de tanta articulação, o projeto acabou por ser aprovado. "Foi um alívio e pensei: missão cumprida", conta o então presidente. Mas não foi bem assim.

À época, o advogado Alberto de Paula Machado, de Londrina, havia sido eleito presidente da OAB-PR. "Foi ele quem viu a viabilidade e que teve a iniciativa de propor a construção da nova sede da OAB-Londrina naquele local", relata Sokolowski, lembrando da excelente relação que a Seccional do Paraná mantinha com o Conselho Federal, presidido pelo advogado César Brito.

Um novo e grande trabalho estava começando. Uma comissão de obra – veja os nomes abaixo - foi formada, cuidando de todos os detalhes da construção. Ainda na gestão de Wilson Sokolowski foi inaugurada a primeira parte da obra, que incluía o subsolo e o primeiro andar.

Para lá, foram transferidas algumas atividades que aconteciam na Sala do Edifício Tupandi, até então a sede da OAB-Londrina.

Segundo o ex-presidente, a nova sede, que em sua gestão era restrita ao primeiro andar, passou a abrigar os eventos da ESA e, praticamente, todas as atividades que eram realizadas no auditório do Tuparandi. "Nós sentíamos que a nossa sede na época estava pequena. Mas não tínhamos uma visão orçamentária da Subseção, que recebia pouco dinheiro da Seccional e por isso não tínhamos como pensar grande. Essa nova sede se deve à visão de Alberto de Paula Machado", reforça.



*Ex-presidentes da OAB-Londrina
Alberto de Paula Machado, Wilson
Sokolowski e Elizandro Pellin*

Segunda fase

Concluído o mandato de Sokolowski, começava o do então seu vice-presidente Elizandro Pellin, cuja gestão foi de 2010 a 2012. Coube a Pellin dar prosseguimento ao projeto e entregar o prédio, tal como é hoje, em 13 de agosto de 2012 e transferir para lá todas as atividades da Subseção. "Fui o primeiro presidente a me sentar na cadeira da presidência na sede tal como é hoje", orgulha-se.

Pellin relata que a segunda fase das obras ocorreu normalmente, sem quaisquer transtornos, graças ao empenho da comissão de obras e também ao bom trânsito do advogado Alberto de Paula Machado que, após o mandato como presidente da Seccional do Paraná, foi eleito vice-presidente do Conselho Federal da OAB, na gestão de Ophir Cavalcante Junior -, que, aliás, esteve presente na inauguração da nova sede.

Segundo Pellin, o início de todas as atividades da Subseção na nova sede, ao lado do Fórum, uniu bastante a advocacia, que passou a frequentar o local com mais assiduidade e ter maior participação nas atividades. "Foi um período de grande união. A boa estrutura da nova sede também proporcionou a oferta de mais eventos e cursos da ESA", recorda-se. Para ele, "a sede atual da Subseção faz jus ao respeito que a Ordem sempre teve na sociedade".

Também para Wilson Sokolowski, a nova sede é motivo de orgulho. "Hoje, para um jovem advogado recém-formado ser recebido para sua sessão de compromisso e acolhido numa sede com a de Londrina é motivo de muito orgulho. A sede da OAB reflete, com dignidade, a importância da advocacia de Londrina e de toda a nossa região", diz ele.

Comissão de obras da nova sede

Artur Humberto Piancastelli
 Carlos Roberto Scalassara
 César Augusto Moreno
 Eliton Araujo Carneiro
 José Augusto Araújo de Noronha
 Lauro Fernando Zanetti
 Paulo Rogério Tsukassa de Maeda
 Wilson Sokolowski



**O grande dia
da inauguração**



**Descerramento
da placa**

Espaço das Prerrogativas

Comissão de Prerrogativas da OAB Londrina



“Breves apontamentos sobre a prerrogativa do inciso X do Art. 7º do Estatuto da OAB”

Os incisos IX, X, XI e XII do art. 7º do Estatuto da OAB (L. 8.906/94), referem-se, uniformemente ao uso da palavra. Esta única arma do advogado é expressada por escrito ou oralmente. Com ela, preserva-se o exercício do seu mister.

Diante da necessidade de uma atuação combativa e destemida, certamente todo advogado que milita em fóruns e tribunais irá se deparar com a prerrogativa prevista no inciso X da Lei nº 8.906/94, a qual, recentemente foi alterada pela Lei 14.365, de 02/06/2022, a qual passou a prever:

X – Usar da palavra, pela ordem, em qualquer tribunal judicial ou administrativo, órgão de deliberação coletiva da administração pública ou comissão parlamentar de inquérito, mediante intervenção pontual e sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, a documentos ou a afirmações que influam na decisão.

A nova redação ficou bem mais ampliada, passando a destacar a importância da palavra pela ordem em órgãos administrativos, de deliberação coletiva da admi-

nistração pública ou em comissão parlamentar de inquérito.

A qualquer tempo compete ao advogado intervir sumariamente, usando a palavra pela ordem, para esclarecimentos sobre *fatos, documentos, afirmações de magistrados, cuja manifestação possa influir no julgamento da causa*¹. Portanto, a lei foi criteriosa, sendo que o advogado, como conhecedor dos autos, será o responsável por clarificar qualquer equívoco do julgador ou dúvida.

O advogado não está sob julgamento, mas a causa está. Por isso, uma acusação ou censura que lhe forem feitas poderão ser imediatamente retorcidas, sem prejuízo, em razão da ofensa, de desagravo público (Estatuto da OAB, art. 7º, XVII).

Assim, a utilização da expressão pela ordem se mostra essencial ao exercício da profissão do advogado, posto que garante ao mesmo o direito de se manifestar de forma imediata contra quaisquer questões envoltas ao seu labor, seja para solução de um simples equívoco ou dúvida, seja para casos mais exacerbados envolvendo abusos, ofensas ou acusações ocorridas durante as sessões ou audiências.

Com efeito, há uma infinidade de situações que ensejam a intervenção do advogado, in-

vocando a expressão pela ordem, dentre as quais podemos destacar um júri em que o ilustre representante do Parquet tenta derubar os argumentos levantados pela defesa, passando a desferir palavras que ofendam a atuação do defensor, dizendo que a defesa não possui respeito para com o caso ou, ainda que possui mero intuito de induzir os jurados.

Outra situação corriqueira diz respeito às audiências trabalhistas, em que o advogado é cerceado inadvertidamente ao fazer perguntas à parte contrária ou à testemunha, ou para constar um requerimento de prova pericial indeferido em ata de audiência. Destarte, não se pode olvidar da relevância da utilização da expressão pela ordem para cessar imediatamente uma conduta abusiva de qualquer autoridade, a manutenção do respeito e da boa ordem processual que devem permear a atuação combativa de todo bom advogado no interesse do seu cliente.

¹KANAYAMA, Rodrigo Luis http://www2.oabpr.org.br/downloads/ESTATUTO_OAB_COMENTADO.pdf, / Organizado por Giovani Cássio Piovezan: Gustavo Tuller Oliveira Freitas, p. 66, Curitiba: OABPR, 2015.

Renata Nóbrega Figueiredo



10%
OFF

APROVEITE SEU DESCONTO E

DÊ UPGRADE DE
ESTILO COM CNS

CNS

Para compras online, acesse <http://www.cnsonline.com.br>, utilize o código promocional OABCNS-TSE e ganhe 10% de desconto. Os descontos não são válidos para produtos em promoção, não cumulativos e não se aplicam ao frete. Apresente o cartão da OAB vigente em uma de nossas lojas (confira as lojas participantes no site <http://cnsonline.com.br/nossas-lojas>, exceto Outlets), e ganhe 10% de desconto.